



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DA LIBERDADE, BELO HORIZONTE, MG, 30 DE**

**SETEMBRO DE 2002**

*Senhor Governador de Minas Gerais, Itamar Franco; Dom Serafim, Cardeal e Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Senhor Ministro João Henrique; Deputado Antônio Júlio de Faria, Presidente da Assembléia; Secretários Estaduais aqui presentes; Reitor da Universidade; Representantes do Judiciário; Altas Autoridades presentes; meus Amigos e minhas Amigas,*

Quero dizer que sinto uma grande alegria ao voltar hoje, aqui, a Minas Gerais. Minas Gerais, já o disse o Governador Itamar Franco, é uma terra onde frutificou a semente da liberdade desde os tempos longínquos de Tiradentes.

E aqui, também, o Brasil começou a ser maior, com o sonho e com a obra, já referida, de Juscelino Kubitschek. Tancredo Neves e outros grandes mineiros, como o Governador Itamar Franco, têm dado continuidade a essa vocação.

Eu queria lembrar, como dizia há pouco o Governador Itamar, que num momento difícil da nossa História, o dia da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, eu estava em Minas, organizando uma Universi-

dade do Trabalho, com alguns companheiros, entre os quais o Roberto Gusmão e o Fernando Pedreira.

E, naquele dia de aflição, corri a esta sala. Então o Governador era o Magalhães Pinto. Mal sabia eu que, anos mais tarde, teríamos netas comuns. Tenho, portanto, netas com o sangue mineiro. E foi aqui, nesta sala, que começamos a assistir ao começo de uma transformação inesperada, que teve resultados bastante profundos para o Brasil.

Minas guarda, e esta mesma sala guarda todos esses momentos da nossa História. É a vocação de Minas que a torna a chave da política nacional. Minas sempre deu ao Brasil líderes que têm capacidade, capacidade de ação, de coragem. E sempre esteve presente nos grandes momentos da História brasileira.

Referi-me a um, podíamos nos referir a inúmeros momentos de toda essa história de criação de um espírito democrático e de liberdade, no Brasil, desde o tempo do “Manifesto dos Mineiros” e pelos tempos afora.

De modo que fico muito satisfeito de estar, de novo, aqui, em Minas e pela acolhida que acaba de me ser dada pelo Senhor Governador do Estado.

Eu tenho vindo com certa freqüência a Minas. Poderia – brincava com meu ajudante-de-ordens –, até, quem sabe, transferir meu título eleitoral para Minas, posto que eu tenho residência em Buritis. Não para ser candidato, mas para poder votar nos candidatos aqui, em Minas, no futuro.

Então, sempre que posso, venho a Minas Gerais, e faço isso porque acho importante que os brasileiros sintam de perto esses sonhos de liberdade e, mais do que os sonhos, essas realizações do povo mineiro.

Minas, na verdade, é uma terra do encontro democrático. Não foram outras as palavras do Governador Itamar Franco, ao chamar a atenção para as dimensões do espírito mineiro, entre as quais prevalece o sentido público, acima de tudo. Portanto, convida a que nós, nos momentos necessários, afastemos quaisquer dificuldades, pensando sempre no Brasil, pensando sempre no nosso povo.

Então, acho que o Governador Itamar Franco, que já foi Presidente, como ele mesmo acabou de referir, de quem eu fui Ministro, sabe mui-

to bem que os Presidentes da República têm que estar, sempre que possível, voltando-se para Minas, como para as outras grandes porções do território nacional – grandes, não no espaço físico, algumas não preciso nem dizer, nem são tão grandes assim, mas têm essa chama que permite construir o Brasil.

Nós nos conhecemos há tantos anos, fomos colegas no Senado. E, lá, não fazíamos a política do “café com leite”. Nossa política sempre foi a de pensar o conjunto do Brasil, o conjunto dos estados da Federação, para a hora em que nós pudéssemos levar adiante aquilo que é necessário para a construção de um grande país.

Desde quando fui seu Ministro, Senhor Governador Itamar Franco, nós começamos a construir uma era de transformação no Brasil, à qual Vossa Excelência acaba de fazer referência. Tentávamos, e conseguimos, recolocar o Brasil nos trilhos, dar-lhe um certo rumo, uma estabilidade e ampliar as possibilidades de justiça social. E o povo sabe disso. O povo sabe o que era o Brasil antes do Real e o que é o Brasil depois do Real.

E, mesmo que não saibam diretamente, os mais jovens talvez não o saibam, os que vão votar agora, pela primeira vez, possivelmente não têm nem idéia do que era o Brasil, onde não havia a possibilidade do controle das finanças públicas, onde o salário se derretia a cada mês, corroído pela inflação.

Mas os mais velhos sabem disso. E sabem que foi no seu Governo que nós começamos a reorganizar as finanças do Brasil e a dar estabilidade ao nosso país. E, nesses dois anos, mais oito já são dez anos, nós estamos caminhando num rumo muito diferente do que era o rumo que tivemos que enfrentar naqueles dias atormentados. Na verdade, as nossas finanças estavam inteiramente desorganizadas.

Ninguém nem pode imaginar, hoje, o que era realmente fazer Orçamento. Aliás, nem havia preocupação muito grande, porque era uma peça de ficção. E, talvez, os mais moços não saibam o que significa ter um salário quando a inflação era de 30% ao mês. Ou seja, é um mecanismo permanente de corroer as condições de vida da população. Tínhamos chegado ao descalabro fiscal. Graças ao que nós iniciamos àquela época e que continuei nos anos em que

sou Presidente, nós conseguimos sanear o nosso sistema financeiro, fazer as reformas, fazer as privatizações necessárias e criar os marcos regulatórios, que são muito importantes. Os países que fizeram privatizações sem os marcos regulatórios, sem as agências que defendam o interesse público se deram mal. Nós, aqui, temos agências que defendem o interesse público e que monitoram, por assim dizer, o que acontece nas empresas privatizadas.

A verdade é que nós hoje somos todos partícipes de um país em que a responsabilidade fiscal é o nosso cotidiano, é o nosso dia-a-dia. E mais: nós podemos também, exatamente porque as bases foram lançadas de uma maior estabilização, vislumbrar um Brasil melhor. E hoje nós temos os eixos de integração nacional definidos, um Programa Plurianual de Investimentos e o Orçamento da República atado a esse Programa Plurianual de Investimentos. E esse Programa é feito num debate no Congresso e com a sociedade em geral. E todos os investimentos públicos não são ao léu, são investimentos que seguem uma certa filosofia de planejamento, uma certa visão de futuro. Isso a despeito das dificuldades, das turbulências – que são tantas – e tão injustas, tão cruéis. Recordo-me de que, ainda em 94, começou a crise do México. Mais adiante, em 97, tivemos a crise da Ásia; em 98, a da Rússia, depois a nossa, em 99, a argentina, a americana.

De novo, agora, anos difíceis. Mas, por causa da estabilidade, por causa da capacidade que a democracia nos deu de termos um debate mais aberto e pressões mais abertas, também; pela possibilidade de termos um certo horizonte de planejamento, a despeito de tudo, de 1993 para cá, Governador, o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro foi de 31%. Talvez os brasileiros não tenham notado, mas, como houve continuidade, não houve anos de depressão. A verdade é que crescemos de 1993 a 2001, ou seja, com o Real, foi possível crescer 31%, calculando 1993, inclusive, sob o seu Governo. Em 1993, 1994 e 1995, não houve nenhum ano de crescimento negativo. Talvez não tenezmos apreciado suficientemente isso, porque não olhamos o que acontece em torno, onde países vizinhos nossos têm 10 pontos negativos num só ano; ou quando não olhamos as décadas passadas, quando

nós crescíamos num ano 4 ou 5 e no outro ano perdíamos 3. Então, não havia acumulação do crescimento.

De modo que tudo isso mostra que o esforço que nós empreendemos valeu. É claro que gostaríamos de ter crescido muito mais. Quem não? Mas as condições do mundo são, foram e são adversas. Conseguimos, graças à credibilidade do Brasil, introduzir modificações importantes no nosso parque produtivo com o capital estrangeiro, mas também com o capital nacional. Nós recebíamos, mais ou menos, 2 bilhões de reais por ano, antes do Real. Menos até: 1 bilhão. De lá para cá, mais de 100 bilhões. Tivemos 150 bilhões em investimentos produtivos diretos. Aqui, em Minas, a Fiat está aí, a Mercedes está aí. Já estavam: aumentaram e ampliaram.

Agora, isso não significa que não tenha havido a acumulação doméstica, porque o conjunto do capital externo, que veio, corresponde a 20% do investimento. Ou seja, se houve 20 bilhões de dólares em cada ano, houve aqui 100 bilhões. E foram feitos aqui, por empresas que estão aqui e que permitiram que houvesse, apesar de todas as dificuldades, a manutenção de um sentimento de país. A indústria se modernizou, avançou. O que nós produzimos hoje tem curso internacional, os aviões são vendidos lá fora, os automóveis também, os telefones celulares também. É uma indústria competitiva.

E na agricultura foi possível uma transformação essencial. Este ano estamos produzindo 100 milhões de toneladas de grãos. São 100 milhões de toneladas de grãos que se contrapõem, em 1991, a 56 milhões de toneladas de grãos. Quase que se dobrou. Isso foi a produtividade que aumentou, porque não houve uma expansão muito grande da área plantada, mas a produtividade aumentou.

E, Governador, foi possível, graças ao esforço de todos os brasileiros, fazer algo que me deixa muito sensibilizado: nós, realmente, universalizamos o acesso à escola. Temos 97% das crianças nas escolas. Eu repito sempre: isso significa que o analfabetismo vai acabar. Assim como no século XIX os brasileiros patriotas lutaram pela Abolição, nós estamos lutando contra o analfabetismo, que são os grilhões do atraso, no Brasil. E, no momento em que as crianças entram para a escola, o futuro se desenha como um futuro sem analfabetismo.

Não quero entrar em muitos detalhes, mas, evidentemente, isso significa que foi possível chamar a atenção para as questões sociais fundamentais.

E, no momento em que nós tivemos que enfrentar a reforma agrária, a agricultura familiar – que não tinha crédito algum, e hoje tem 4 bilhões de reais de crédito para a agricultura familiar –, então, nós nem podíamos pensar nessas coisas, por causa do descalabro financeiro.

Tudo isso se deve à nossa ação, termos conseguido estabilizar a nossa economia, o que nos permitiu vislumbrar todos esses projetos de proteção social: bolsa-escola, bolsa-alimentação, Projeto Alvorada, enfim, tudo isso.

Pois bem, eu não tenho dúvida de que nós estamos transformando o Brasil. Mas, também, sei das dificuldades. Sei que as suas expressões, quanto às ondas de turbulência que estão presentes e que estão pela frente, são preocupantes. Não há como tampar o sol com a peneira. São preocupantes, e nós precisamos criar condições cada vez maiores, internas, para que possamos nos defrontar com o mundo áspero.

Não há de ser o mundo que nos vai ajudar nisso. Somos nós que temos que nos ajudar. E, entre as ajudas, está precisamente esse espírito de grandeza, que significa fazer tudo para que se mantenham a democracia, a concórdia entre nós, o espírito de entendimento.

A transmissão de governo, ganhe quem ganhar, há de ser pacífica, há de ser prestigiada pelo atual Presidente da República. Isso faz parte de um Brasil que sabe que tem que contar consigo mesmo para poder se unir e enfrentar as agruras do mundo contemporâneo.

E, queira Deus, como disse Vossa Excelência, que não tenhamos que nos defrontar com situações de guerra. A posição do Brasil tem sido, sistematicamente, a de preservação da paz, sistematicamente, a de defesa dos interesses da soberania dos países, inclusive no caso da Palestina e do conflito entre Israel e o Governo Palestino.

Em todos os momentos, o Brasil tem tido, tranquilamente – mas com firmeza –, uma posição de manutenção dos nossos valores fundamentais, que são a soberania nacional, o respeito à autodeterminação dos povos e à manutenção de um clima de paz.

Muito bem, eu queria dizer, com esse espírito, e sabedor das dificuldades que vêm pela frente inclusive, que nós vamos ter que discutir muito profundamente os interesses comerciais do Brasil. Vamos ter que discutir a Alca, a União Européia, o Mercosul, pensando nos nossos interesses. E tenho certeza de que isso requer consciência nacional, requer compreensão dos desafios no momento presente e firmeza para a defesa desses interesses. Pois bem, neste momento, eu acho que visitar Minas é uma busca de inspiração, para a continuidade desse processo.

O ato que acabei de assinar agora, Senhor Governador, é um ato, simplesmente, de busca de um mecanismo que permita que a gestão de Vossa Excelência seja coroada, como deve ser, com a compreensão do Governo Federal. É um ato que foi reivindicado por Governadores anteriores, que foi reivindicado também pelo seu Governo, e que eu mandei que se revisasse à brevidade – o Ministro está presente aqui – porque é do interesse do Brasil que os estados cheguem até o final dos seus mandatos o quanto possível com as suas contas em ordem.

Isso não faço só por Minas. Mas faço com prazer, por Minas. Tenho feito em outras oportunidades, porque acho que é dever do Presidente da República o de contribuir para a normalização da vida administrativa e financeira dos estados.

Eu espero que, o mais depressa possível, nós possamos chegar àquilo que é o desejo de Minas, que é o meu desejo também, que é de permitir que se vislumbre um final de governo, como eu quero para o meu também, com tranquilidade e com os seus funcionários, os seus cidadãos sentindo que o governo está avançando na direção dos seus objetivos.

Quero aproveitar a oportunidade, Governador, Senhores e Senhoras, para dizer, também, que tomei algumas outras decisões recentes. Vi uma fotografia de uma ponte sobre o rio Paranaíba, em Porto Alegre, entre Minas e o Mato Grosso do Sul. E vi que falta um pedaço dessa ponte. Uma fotografia estranha que eu passei ao Ministro, ou ele passou a mim, não me lembro bem. Mas é uma ponte assim. E me disseram que faz tempo que não é acabada.

Eu gostaria de terminar o meu Governo, de alguma forma, vendo essa ponte acabada. Então, determinei que os recursos fossem dados,

para acabar até o fim do ano. Até o fim do ano, Ministro, porque é algo que faz sentido para as populações, sobretudo da região de Uberaba, de Uberlândia, de toda aquela região do Triângulo, mas que afeta Goiás, São Paulo, Mato Grosso. É mais uma ponte de entrelaçamento de Minas com o Brasil.

De igual modo, eu sei que aqui, em Minas, além desse interesse – que é natural, porque nós vamos permitir a passagem para a produção de grãos, até mesmo para desviá-la para o porto de Vitória mais depressa –, há muitas vantagens dessa natureza. Mas eu queria, também, lhes dizer que mandei que houvesse um cálculo que permitisse, e assim vai ser feito, atender ao Aeroporto Regional da Zona da Mata, lá perto de sua terra, em Juiz de Fora, no Município de Guaianá, para que nós possamos, também, terminar essa obra. E só não podemos fazer agora o ato porque estamos em período eleitoral, os convênios com estados só podem ser firmados quando se termine esse período. Mas as instruções já foram dadas para que isso ocorra.

Assim como eu pensei que seria bom para um Presidente paulista que o Aeroporto de Poços de Caldas, que é mais perto de São Paulo, tivesse uma atenção, também pedi, ou melhor, ordenei que os recursos fossem estendidos, para que esse aeroporto pudesse funcionar.

Governador, quero dizer o seguinte: não é isso o que me traz a Minas. Não é, simplesmente, porque eu poderia, até pelo telefone, comunicar-lhe que tínhamos resolvido isso e aquilo. O que me traz a Minas é o que eu disse no início: é a minha vontade de testemunhar, uma vez mais, o que significa este Estado e levar, no meu coração, o sentimento mineiro, para que eu possa continuar a ser um bom brasileiro.

Muito obrigado.